



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3924/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

ATA DA 49ª (QUADRAGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA, DA GESTÃO 2018/2020 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE) .

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas, no plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, verificado o quórum com a presença dos sócios que assinaram o livro de presença (art.54, § 1º do Regimento Interno), foi declarada aberta a 49ª (Quadragésima nona) sessão plenária ordinária do IAB gestão 2018-2020, presidida pelo 1º Vice-presidente, Dr. Sergio Francisco de Aguiar Tostes, que saudou a todos os presentes e disse ter muito prazer em fazer as honras da casa na ausência da Presidente Dra. Rita Cortez, que está ausente do Rio de Janeiro e passou palavra para a secretária da mesa, a 3ª Vice-Presidente, Dra. Adriana Brasil Guimarães, para a leitura do expediente, não havendo expediente, Dra. Adriana pediu ao presidente em exercício para fazer novamente as escusas da Dra. Rita Cortez por sua ausência, informando que ela estava representando o IAB no I Seminário Luso-Brasileiro de Direito Público, do IBEROJUR, na Cidade do Porto, enfatizando que é mais que justificada a ausência da Presidente do IAB na sessão plenária, não tendo outra comunicação, passou a palavra para o 2º Vice-Presidente, Dr. Sydney Limeira Sanches, que registrou a campanha de vacinação em parceria com a CAARJ nas dependências do IAB, informando que o movimento estava sendo bem significativo e que a vacinação ocorreria até às 19h. Dando sequência, por requerimento da 3ª Vice-Presidente Dra. Adriana Brasil Guimarães solicitou uma inversão de pauta ao presidente em exercício, que acatou e convidou o relator Dr. Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma da Comissão de Direito à tribuna para, para discutir o parecer 1 - **Indicação 061-/2017 - Prisão Preventiva - Autora: Dra. Victória Amália de Barros Carvalho Gozdawa de Suloki - Matéria Projeto de Lei nº 7.028/2017, de autoria do Deputado Wadih Damous - altera o art.312 da Lei 12.403 de 04 de maio de 2011. "Exclui a possibilidade de prisão preventiva para garantia da ordem pública e econômica"**. Altera o Decreto-Lei 3.689, de 1941. Dr. Marcos



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3924/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Vidigal de Freitas Crissiuma, saudou a mesa e a todos os presentes e iniciou sua exposição: De acordo com a atual redação do art. 312 do CPP, "a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria." O autor do PL sugeriu a supressão do trecho "como garantia da ordem pública, da ordem econômica"; enquanto Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma propôs a sua substituição por "para evitar reiteração delitiva". Dr. Marcos disse considerar a sua proposta uma solução intermediária entre a exclusão prevista no PL e "os anseios punitivos que hoje dominam o País". Conforme o relator, a redação por ele sugerida "reduziria, e muito, as possibilidades atualmente infinitas de prisão preventiva, mas permitiria a decretação nas ocasiões em que se comprove concretamente a possibilidade de reiteração delitiva, ficando preservada a sociedade contra a prática de novos crimes por um criminoso contumaz". Além disso, acrescentou ele, a legislação brasileira se aproximaria das vigentes em países mais desenvolvidos, onde as garantias individuais são bem protegidas do poder punitivo estatal. O relator concordou com o ex-parlamentar, para quem a inexatidão da lei "representa verdadeiro cheque em branco para o exercício punitivo". Para o advogado, "é extremamente perigoso" existir no ordenamento jurídico atual um termo tão impreciso e aberto como um dos requisitos para a decretação de uma prisão que possui natureza cautelar. Segundo Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma, a expressão "ordem pública" pode ser interpretada de várias formas e tem permitido a determinação da medida cautelar, tendo como base circunstâncias genéricas, como risco de abalo à credibilidade da Justiça e clamor público, classificadas por ele como "claramente insuficientes para fundamentar uma prisão preventiva". Em relação à previsão de decretação da prisão preventiva como instrumento para a preservação da ordem econômica, Dr. Marcos afirmou: "Não se pode decretar prisão preventiva com fundamento em eventual risco à ordem econômica, pois existem inúmeras formas de remediar ou prevenir esses riscos, e a prisão preventiva não é uma delas". Em



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3924/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

sua opinião, "garantia da ordem econômica, embora menos discutida do que a garantia da ordem pública, merece as mesmas críticas, sendo absolutamente desaconselhável que expressão como essa possa configurar como requisito para a decretação de custódia cautelar". O parecer foi elaborado a partir de indicação feita pela diretora de Acompanhamento Legislativo Penal e membro da Comissão de Direito Penal, Dra. Victória Amália de Barros Carvalho de Sulocki. Ao término da relatoria, houve duas intervenções por parte do Dr. Marcio Barandier e Dr. Alexandre Brandão parabenizando o relator do parecer e concordando plenamente com sua exposição e declarando apoio. Prosseguindo O presidente Dr. Sergio Tostes convidou a Dra. Victória à tribuna, que iniciou sua fala saudando a todos e se desculpando por sua ausência na comissão e nas sessões ordinárias, por razões de ordem pessoal. Fez um breve resumo do parecer e parabenizou o Dr. Marcos pela bela exposição. O presidente em exercício perguntou se alguém discordaria do parecer, como não houve nenhuma manifestação contrária, deu por aprovado o parecer e apresentou as congratulações da mesa à comissão. Dando continuidade o presidente em exercício passou para as **Propostas de Indicação** - **Acordo União Europeia e MERCOSUL - Autoria Dr. Hariberto de Miranda Jordão Filho**, após um breve relato do Dr. Hariberto, foi colocado em votação a pertinência e foi aprovada e será encaminhada as Comissões Relações Internacionais Comércio Exterior e Propriedade Intelectual, Dr. Sergio Tostes sugeriu que fosse criada uma comissão mista com membros de várias comissões pertinentes ao assunto e submeteu ao plenário. Dr. Sergio Sant'Anna fez uma intervenção, colocando que melhor que uma comissão especial fosse feito um debate com pessoas especializadas do Comércio Exterior para trabalhar de forma específica a matéria Dr. Sergio Tostes insistiu e submeteu ao plenário a formação de uma comissão mista que teria como desiderato examinar especificamente essa questão. A Dra. Adriana lembrou que toda criação de comissão, segundo o estatuto, deve ser submetida à Presidente do IAB, motivo pelo qual o Dr. Sergio Tostes registrou que ao retorno da Dra. Rita Cortez será submetida a criação da referida comissão para tratar especificamente desse assunto. **Indicação Lavagem de dinheiro, Honorários, advocatícios, Sigilo**



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3924/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

profissional, Direito de defesa. - Dr. Marcio Gaspar Barandier Aprovada a pertinência e encaminhada a Comissão de Direito Penal e Constitucional. O presidente em exercício Dr. Sergio Tostes retomou a pauta e chamou para cerimônia de posse, o Dr. Allen dos Santos Pinto da Silva, após a leitura do juramento o presidente da mesa lhe deu boas vindas ao Instituto e convidou o Dr. Manoel Messias Peixinho para fazer a saudação ao novo membro do IAB. O novo consócio, fará parte da Comissão de Direito Digital, foi indicado ao Instituto por Dra. Fernanda Maibon Sauer, Dr. Adilson Rodrigues Pires e Dr. Manoel Messias Peixinho. O novo consócio foi convidado a ir à tribuna, expressando sua grande emoção e dizendo: "É motivo de muito orgulho o meu ingresso no IAB, e espero ajudar com a minha juventude e o meu profundo respeito por esta instituição histórica." Em seguida Dra. Adriana Brasil Guimarães deu as boas-vindas ao Dr. Allen a Comissão Digital, da qual faz parte. Retomando a pauta, o presidente convidou Dra. Danielle Marques de Souza - **Indicação - Projeto de lei 10.887/2018, Improbidade Administrativa, Lei 8.429/92, Alteração.** Colocado em discussão, não havendo nenhuma manifestação contrária, foi aprovada a pertinência e será encaminhada a Comissão de Direito Administrativo e Direito Constitucional. Dr. Sergio Tostes convidou Dr. Adilson Rodrigues Pires para fazer Indicação de três propostas, são elas: - **IPI, Imposto sobre produtos industrializados. Base de cálculo, Renovação, Recondicionamento, Operação de saída.** Aprovada a pertinência e será encaminhada a Comissão de Direito Tributário. - **Incentivos fiscais, Registro sanitário simplificado, Medicamentos órfãos, Doenças raras.** Aprovada a pertinência e será encaminhada a Comissão de Direito Tributário. -Tributos 1/2012 Federais, Tributos ESTADUAIS, Tributos Municipais, Preço de venda, Mercadorias, Serviços, Lei 12.741/2012. Aprovada a pertinência e será encaminhada para a Comissão de Direito Tributário. Passamos então para os oradores inscritos, e, primeiramente, foi chamado a Tribuna Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna que compartilhou com os presentes, que em férias, chegou em Osaka, um dia antes da reunião do G20 e falou



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3924/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

que nosso país está sendo motivo de chacota, o Brasil é ridicularizado e exemplo de retrocessos, e que vê a necessidade do IAB pelo seu protagonismo, debater esse assunto entre as comissões do Instituto. Dr. Adilson fez uma intervenção a fala do Dr. Sergio, dizendo que já está marcado uma reunião com a presidente Dra. Rita Cortez para 6 de setembro com todos os presidentes das comissões. Em seguida, foi convidado o segundo orador inscrito Dr. Hariberto de Miranda Jordão Filho, que usou sua fala para fazer uma crítica ao IAB sobre as homenagens e distribuição de medalhas, requerendo um olhar mais cuidadoso a quem se homenageia e manifestou sua insatisfação quanto à indicação do Dr. Carlos Mario Velloso Filho como membro ao Conselho Superior, tendo em vista este ter sido escolhido pelo Governo Federal a assumir uma vaga no Tribunal Superior Eleitoral. O presidente em exercício Dr. Sergio Tostes pediu para o 3º Vice-presidente Dr. Sydney Sanches que assumisse a mesa, para que pudesse ocupar a tribuna para defender a indicação pelo Presidente da República, para Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral o Dr. Carlos Mauro da Silva Velloso Filho, dizendo ser um ato que dignifica o Presidente Jair Bolsonaro e elogiou o Dr. Carlos Mário Velloso Filho, dizendo que é um legítimo representante da classe dos advogados e que sua indicação dignificaria a advocacia e o IAB. Em discordância aos fatos relatados pelo Dr. Hariberto, o Dr. Sydney Sanches esclareceu que a nominata dos membros do Conselho Superior foi composta antes da nomeação, estando o Dr. Carlos Mario Velloso Filho apto a participar da eleição. Dr. Sergio Tostes indagou aos presentes se alguém gostaria de se pronunciar, e não havendo nenhuma intervenção, convidou o terceiro orador Dr. Alexandre Brandão, que saudou a mesa e iniciou sua fala dizendo ficar estarecido com as recentes notícias publicadas sobre pronunciamentos do Governo Federal, em especial o comentário do Presidente da República sobre o Trabalho Infantil, que afirmou não haver problema o trabalho de uma criança de 5 a 10 anos, pois o trabalho dignificaria as pessoas. Diante de tamanha falta de discernimento o Dr. Alexandre fez o registro de sua indignação e



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080

Tels.: (21) 2240-3924/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

repúdio às declarações do Presidente. Dando sequência a pauta - **Propostas de Sócios para serem votadas:** como **Membro Efetivo** Proposto: Dra. Isabela Pimentel de Barros Proponente: Dr. Alexandre França Bastos, a proposta foi aprovada. Como **Membro Honorário** Proposto: Dr. José Casalta Nabais e Proponente: Dr. Adilson Rodrigues Pires, a proposta foi aprovada. Como **Membro Efetivo** Proposto: Dra. Carla Maria Martellote Viola e Proponentes: Dr. Adilson Rodrigues Pires e Dra. Deborah Maria Prates Barbosa a proposta foi aprovada. Em continuidade, foram noticiadas as propostas de Sócios, que encontram-se disponíveis no site, sem a necessidade de serem lidas em plenário. Dando seguimento, a Dra. Adriana Brasil Guimarães, deu informe dos eventos que irão se realizar no Instituto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício Dr. Sergio Francisco de Aguiar Tostes declarou encerrada a sessão eu, Sydney Limeira Sanches, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente ata.

Sergio Francisco de Aguiar Tostes

1º Vice-Presidente do IAB e Presidente da Sessão

Sydney Limeira Sanches

2º Vice-Presidente e Secretária da Sessão